

Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 06.271.464/0001-19
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Lucro Líquido registrado somou R\$ 445 milhões, correspondente a R\$ 94,13 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 6,8 bilhões e Ativos Totais de R\$ 7,3 bilhões.
Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, do Banco Bradesco BBI S.A. (Bradesco BBI), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Bradesco BBI, Banco de Investimento da Organização Bradesco, assessoria clientes em emissões de ações, operações de fusões e aquisições, estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, incluindo debêntures, notas promissórias, CRIs, fundos imobiliários, FIDCs e *bonds* no Brasil e Exterior, além de operações estruturadas de financiamento de empresas e financiamentos de projetos na modalidade *Project Finance*. No semestre, o Bradesco BBI assessorou 43 transações em todos os produtos de *Investment Banking*, totalizando volume de R\$ 45,6 bilhões.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2015		2014	
ATIVO					
CIRCULANTE		4.225.154	3.208.567		
DISPONIBILIDADES (Nota 4)		7	6		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)		2.097.733	984.059		
Aplicações no Mercado Aberto		229.525	204.732		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.868.208	779.327		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)		1.683.822	1.764.078		
Carteira Própria		1.539.082	1.674.329		
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b)		93.445	23.943		
Vinculados à Prestação de Garantias		51.056	65.806		
OUTROS CRÉDITOS		443.474	460.219		
Rendas a Receber (Nota 7a)		220.164	251.814		
Diversos (Nota 7b)		223.310	208.405		
OUTROS VALORES E BENS		318	205		
Outros Valores e Bens		960	960		
Provisões para Desvalorizações		(960)	(960)		
Despesas Antecipadas		518	205		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.623.111	1.858.836		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)		1.576.156	1.828.068		
Carteira Própria		1.550.000	1.826.772		
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b)		26.156	1.296		
OUTROS CRÉDITOS		46.955	30.568		
Diversos (Nota 7b)		46.955	30.568		
PERMANENTE		1.500.966	1.460.397		
INVESTIMENTOS		1.497.193	1.456.806		
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 8a)		1.496.792	1.231.126		
Outros Investimentos (Nota 8b)		707	225.986		
Provisões para Perdas (Nota 8b)		(306)	(306)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)		3.641	3.385		
Imóveis de Uso		991	991		
Outras Imobilizações de Uso		7.004	6.064		
Depreciações Acumuladas		(4.354)	(3.670)		
INTANGÍVEL (Nota 10)		132	206		
Ativos Intangíveis		446	444		
Amortização Acumulada		(314)	(238)		
TOTAL		7.349.231	6.527.600		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2015		2014	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		222.725	200.267		
Operações de Crédito		16	66		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)		129.424	200.408		
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c)		93.285	(207)		
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	24		
Reversão de Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		-	24		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		222.725	200.291		
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		310.795	332.019		
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 14)		358.666	429.218		
Despesas de Pessoal (Nota 15)		(60.231)	(64.230)		
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)		(34.863)	(52.039)		
Despesas Tributárias (Nota 17)		(41.549)	(48.117)		
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)		100.863	71.656		
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)		16.451	17.529		
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)		(28.572)	(21.938)		
RESULTADO OPERACIONAL		533.520	532.310		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)		91	91		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		533.611	532.401		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)		(88.827)	(187.909)		
LUCRO LÍQUIDO		444.784	344.492		
Número de ações (Nota 13a)		4.727.522,077	4.727.522,077		
Lucro por lote de mil ações em R\$		94,13	72,87		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil		2015		2014	
Eventos					
Saldos em 31.12.2013		4.537.929	561.662	169.355	2.696.555
Dividendos Declarados		-	-	-	(2.180.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	48.690
Lucro Líquido		-	-	-	344.495
Destinações - Reservas:					
- Dividendos		-	-	-	(341.222)
- Propostos		-	-	-	(3.273)
Saldos em 30.6.2014		4.537.929	561.662	186.580	840.552
Saldos em 31.12.2014		4.537.929	561.662	219.427	1.077.918
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	50
Lucro Líquido		-	-	-	813
Destinações - Reservas:					
- Juros sobre o Capital Próprio		-	-	22.249	365.735
Saldos em 30.6.2015		4.537.929	561.662	241.676	1.443.653

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2015		2014	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		533.611	532.401		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		(99.542)	(70.998)		
Depreciações e Amortizações		416	382		
Reversão de Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(24)		
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		(100.863)	(71.656)		
Outros		905	300		
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		434.069	461.403		
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(1.046.052)	3.255.275		
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos		458.637	(978.740)		
Redução em Relações Interdependências		6	-		
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens		142.955	(52.117)		
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações		(22.334)	38.018		
Aumento em Resultados de Exercícios Futuros		229	-		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(144.197)	(139.570)		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais		(177.088)	2.584.089		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:					
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda		12.964	-		
Aquisição de Imobilizado de Uso		(797)	(728)		
Aquisição de Intangível		(1)	(1)		
Dividendos Recebidos		921	4.570		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos		13.087	3.841		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(48.353)	(2.489.324)		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos		(48.353)	(2.489.324)		
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa		(212.354)	96.606		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período		441.886	106.132		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período		229.525	204.738		
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa		(212.354)	96.606		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" ou "Instituição") é uma Instituição Financeira, que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O BBI é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, asso- ciação às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCBEN), inclusive, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros e outros provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Ajuste do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas e indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
A composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 4.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na Nota 5.
e) Títulos e valores mobiliários - classificação
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização e;
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registra- dos pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos e passivos com características semelhantes. Se esses preços não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.
f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)
São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.
As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:
• *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado e;
• *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.
g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos, valores mobiliários e atualização monetária sobre depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização do reverso das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.
A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.639/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, e demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativamente, estão apresentados na Nota 22.
h) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.
Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.
i) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
A composição dos investimentos em empresas coligadas e controladas estão apresentadas na Nota 8.

J) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano, e móveis e utensílios - 10% ao ano e sistema de processamento de dados, comunicação e seguran- ça - 20% ao ano e ajustados ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 9.
K) Intangíveis
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com esta finalidade.
l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
É composta por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.828/09 do CMN, sendo:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois não são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações legais - provisões para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamentos dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.
n) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos custos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).
o) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	7	6
Total de disponibilidades (caixa)	7	6
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	229.525	204.732
Total caixa e equivalentes de caixa	229.532	204.738

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Total	
	2015	2014
Aplicações no mercado aberto:		
Letras do tesouro nacional	229.525	204.732
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.868.208
Total em 2015	229.525	2.097.733
Total em 2014	204.732	984.059

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez
Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil

	2015		2014</	
--	------	--	--------	--

continuação



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 06.271.464/0001-19
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2015				2014				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	1.514.517	48.609	93.445	41.503	1.698.074	1.691.195	6.879	1.765.148	(3.667)
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.609	-	15.347	63.956	63.956	-	69.304	7
Ações	1.472.086	-	-	-	1.472.086	1.472.086	-	1.552.943	-
Debêntures	33.405	-	-	-	33.405	33.405	-	12.881	-
Letras do Tesouro Nacional	6.952	-	-	-	6.952	6.952	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	102.933	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	93.445	26.156	119.601	112.722	6.879	25.239	(3.674)
Outros	2.074	-	-	2.074	2.074	2.074	-	1.548	-
Títulos disponíveis para venda (3)	11.704	-	11.704	1.550.000	1.561.704	1.561.621	83	1.826.998	96.868
Debêntures	-	-	11.704	-	11.704	11.621	83	23.130	-
Ações (4)	-	-	-	1.550.000	1.550.000	1.550.000	-	1.803.868	96.868
Total em 2015	1.514.517	48.609	105.149	1.591.503	3.259.778	3.252.816	6.962	3.592.146	93.201
Total em 2014	1.670.831	-	37.594	1.883.721	-	-	-	-	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
No encerramento do semestre o Bradesco BBI possuiu R\$ 1.512.443 mil (2014 - R\$ 1.668.757 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;
(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, exceto os instrumentos financeiros derivativos;
(3) Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda; e
(4) As aplicações em ações classificadas como disponíveis para venda no realizável a longo prazo, referem-se a ações preferenciais de empresas de capital fechado aquiladas.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BBI participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive swaps de taxas de juros, swaps de moeda e futuros. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos swaps de moeda, de taxa de juros e swaps com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, usando curvas de rendimento e o valor justo do ativo correspondente. Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de swap e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (CETIP) e na BM&FBOVESPA. As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

I - Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	2015		2014	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos futuros				
Compromissos de venda:				
- Mercado interfinanceiro	246	246	228	228
Contratos de opções				
Compromisso de compra:				
- Mercado interfinanceiro	240.947	240.947	-	-
Contratos de swap				
Posição ativa:				
- Mercado interfinanceiro	109.128	16	350.130	-
- Moeda estrangeira	41.494	212	141.639	-
- IGP-M	64.128	29	38.379	1
- IPCA	3.506	-	3.649	25
Posição passiva:				
- Mercado interfinanceiro	108.871	-	354.059	-
- Moeda estrangeira	41.478	-	163.397	41.758
- IGP-M	93.916	-	38.978	-
- IPCA	3.477	-	3.624	-
- IPCA	-	-	128.060	-

Nos derivativos, estão incluídas as operações vendíveis em D-1.

II - Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	2015		2014	
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Custo ajustado	Ajuste a valor de mercado
Ajuste a receber - swap	19.277	6.879	26.156	(3.674)
Fretos de opções a exercer	93.445	-	28.913	-
Total do ativo em 2015	112.722	6.879	119.601	(3.674)
Ajuste a pagar - swap	(19.077)	(6.822)	(25.899)	(29.168)
Total do passivo em 2015	(19.077)	(6.822)	(25.899)	(29.168)

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas":

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas		2015	2014	2015	2014
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	18.000	37.485	-	18.000	99,999993	4.523	28.614	4.523	3.827
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	330.000	698.014	485.275	-	100,000000	60.674	588.623	60.674	39.276
BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTMV	148.000	313.866	9.322	-	100,000000	19.242	279.036	19.242	16.097
STVD Holdings S.A. (2)	917.988	1.661.930	25.862	-	0,272489	64.158	4.309	176	142
Agora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	263.000	442.898	13.674	-	100,000000	16.248	442.898	330.544	12.314
Total						1.496.792	1.231.126	100.863	71.656

(1) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis; e
(2) Investimento com participação inferior a 20%, entretanto foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial por ser a investida totalmente controlada pela Organização Bradesco.

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos em outras companhias	23	23
Títulos patrimoniais	401	401
Investimentos por incentivos fiscais	272	272
Ações (1)	11	225.279
Obras de arte	11	11
Subtotal	707	225.986
Provisão para perdas	(306)	(306)
Total	401	225.680

(1) Referem-se a ações da BM&FBOVESPA, alienadas em dezembro/2014.

9) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual	Custo	Em 30 de junho - R\$ mil	
			Depreciação	Custo líquido de depreciação
Imóveis de uso:				
- Edificações	4%	961	(846)	115
- Terrenos	-	30	-	30
- Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.482	(1.960)	2.522
- Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	2.522	(1.548)	974
Total em 2015		7.995	(4.354)	3.641
Total em 2014		7.055	(3.670)	3.385

10) INTANGÍVEL
Corresponde a Gastos em Desenvolvimento de Software. O valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 132 mil (2014 - R\$ 206 mil) e amortização acumulada de R\$ 314 mil (2014 - R\$ 238 mil).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistemas informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as breves chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Civis	Fiscais (1)
Saldo no início do período	9.348	7.248
Atualização monetária	500	682
Constituições líquidas de reversões e Balas	(266)	(58)
Pagamentos	(11)	-
Saldo no final do período	9.571	7.872

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são: a) Autuação de IPI/PIS e CSLL relativo aos anos-base de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 202.375 mil (2014 - R\$ 121.798 mil); b) Autuação relativa à contribuição previdenciária sobre aportes em planos de previdência privada e também sobre valores pagos a título de PLR no valor de R\$ 18.159 mil (2014 - R\$ 16.630 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões fiscais (Nota 11b)	7.872	7.700
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	81.983	132.320
Provisões para impostos e contribuições diferidas (Nota 22c)	40.926	42.156
Impostos e contribuições a recolher	9.699	10.849
Total	140.480	193.025

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	54.770	66.746
Provisões civis (Nota 11b)	9.571	9.110
Outras	1.443	120
Total	65.012	75.976

(1) Inclui Participações nos Lucros e Resultados de empregados no montante de R\$ 25.212 mil (2014 - R\$ 33.146 mil).

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 4.537.929 mil (2014 - R\$ 4.537.929 mil), totalmente subscrito e integralizado em 4.727.522.077 ações ordinárias, nominativas escritas, sem valor nominal.

b) Reservas de capital

A reserva de capital refere-se ao agio pago na subscrição de ações. É utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	1.685.329	1.027.132
Reserva legal (1)	241.676	186.580
Reserva estatutária (2)	1.443.653	840.552

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital, ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

As acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros

III - Contratos futuros, de opções e de swap - (Notional)

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Contratos futuros	-	246
Contratos de opções	-	240.947
Contratos de swap	-	82.972
Total em 2015	-	324.165
Total em 2014	241.919	83.200

IV - Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Títulos públicos		
Letras financeiras do tesouro	5.691	5.126
Total	5.691	5.126

V - Valores das receitas e das despesas líquidas

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Contratos de opções	93.445	-
Contratos de swap	(163)	(202)
Contratos futuros	3	(5)
Total	93.285	(207)

VI - Valores globais dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
CETIP (balcão)	246	228
BM&F (bolsa)	323.919	324.891
Total	324.165	325.119

d) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	106.856	135.093
Títulos de renda fixa	22.566	5.312

continuação



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.200 mil (2014 - R\$ 7.700 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.200 mil (2014 - R\$ 7.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
Além da remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos.....	1.076	1.630
Contribuição ao INSS.....	242	367
Total.....	1.318	1.997

Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	2.219	3.373
Total.....	2.219	3.373

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	533.611	532.401
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(213.444)	(212.960)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	40.345	28.662
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis (1).....	61.379	(3.288)
Juros sobre o capital próprio pagos.....	22.800	-
Outros valores.....	293	(320)
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(88.627)	(187.906)

(1) Refere-se basicamente a dividendos recebidos.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(77.037)	(161.453)
Impostos diferidos		
Realização no semestre, sobre adições temporárias.....	(11.590)	(26.453)
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(88.627)	(187.906)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2014		Saldo em 30.6.2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	17.278	-	17.278	-
Provisões civis.....	3.567	94	3.657	4
Provisões fiscais.....	2.362	981	23	3.320
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	394	-	-	384
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	153	-	36	117
Outros.....	28.492	14.808	27.410	15.890
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 7b)...	52.236	15.883	27.473	40.646
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12a).....	66.685	74	27.833	40.926
Crédito tributário líquidadas obrigações fiscais diferidas.....	(16.449)	15.809	(360)	(280)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2015.....	6.645	2.135	8.780
2016.....	9.495	3.845	13.340
2017.....	9.675	3.953	13.628
2018.....	2.135	1.529	3.664
2019.....	771	463	1.234
Total.....	28.721	11.925	40.646

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 38.526 mil (2014 - R\$ 79.506 mil) sendo R\$ 38.526 mil (2014 - R\$ 53.333 mil) de diferenças temporárias e (2014 - R\$ 26.173 mil) de crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35.

Todos os créditos tributários do BBI foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 40.926 mil (2014 - R\$ 42.156 mil) relativas a Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - R\$ 37.444 mil (2014 - R\$ 38.749 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 3.482 mil (2014 - R\$ 3.407 mil).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. O BBI como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

Em julho de 2015, o Bradesco BBI, através do Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus II, do qual detém atualmente 100,0% das cotas, celebrou com a Vale S.A., o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual serão adquiridas ações preferenciais classe A, representativas de 36,4% do capital social da Mineração Brasileira Reunidas S.A., pelo preço de R\$ 4,0 bilhões.

Não houve outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do Banco Bradesco BBI S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são

apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BBI S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P02857/O-1 F SP

Osasco, 29 de julho de 2015

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

NOS NEGÓCIOS, É IMPORTANTE ESTAR NO LUGAR CERTO, NA HORA CERTA.



O Valor Econômico é o único com divulgações em todas as plataformas e mídias sociais. Perfeito para a publicação dos resultados financeiros da sua empresa. Afinal, somente um especialista em negócios, economia, legislação e finanças poderia ser leitura obrigatória para um público tão qualificado.



Fale com a nossa equipe e receba uma proposta comercial.
São Paulo: (11) 3767.1323
Brasília: (61) 3417.3331
Rio de Janeiro: (21) 3521.1415
comunicacao@investidores@valor.com.br

Valor RI @valor_ri

ECONÔMICO
Valor
COMUNICAÇÃO
COM INVESTIDORES